

ACTA Nº 03

Aos **vinte e nove dias** do mês de **Dezembro** do ano de **dois mil e nove**, pelas 20h.35m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia quinze do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal ;**
2. **Documentos Previsionais para o ano de 2010;**
3. **Feira Semanal de Valença – pagamento de taxas; e,**
4. **Benefícios Fiscais – Isenção de I.M.T.**

III – Período de Intervenção do Público.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a já habitual saudação protocolar.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

Adentro das disposições regimentais o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, pôs à discussão a **Acta nº 02**.

Usou da palavra o **Deputado Sr. Pinto Neves** para solicitar a substituição, na sua intervenção-página 4, linha 4 - do termo “perdido” por “tolhido”.

Colocou-se à votação e num universo de 33 votantes verificaram-se: 0 votos contra; 2 abstenções; e, 31 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 02**.

De seguida, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, participou o falecimento da sogra do Deputado Sr. Mário Andres, dando conhecimento da hora de realização das cerimónias fúnebres.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas- face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escritos, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à Sessão - dos Deputados Dr. José António Nogueira, substituído pelo Sr. Alfredo Magalhães, Dra. Margarida Rodrigues, substituída pelo Sr. Luís Adriano Areias e, Sr. Mário Teixeira Andres, substituído pela Dra. Maria do Carmo Duarte, do Grupo Municipal do Partido Socialista. Ausente também o Deputado Sr. Armando Carvalho.

De seguida foi apresentada, pelos membros da Comissão Permanente, **Proposta para Alteração do Artº 50, nº 2, alíneas a) e b), folha 25, do Regimento Municipal e, que tem a ver com a duração do uso da palavra dos Deputados dos Grupos Municipais – Anexo 1** e, que se prende, essencialmente, com a entrada do grupo do CDS/PP na Assembleia Municipal.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, informou acerca dos tempos de intervenção propostos.

Colocada à votação a **Proposta** foi **Aprovada por Unanimidade** com 36 votos a favor.

De seguida deu nota que a folha a circular seria para substituir a nº 25 do Regimento.

Pela Deputada D. Aurélia Costa Torres Correia, foi apresentada **Proposta de Constituição de Comissão de Saúde – Anexo nº 2**, com objectivo de proceder ao acompanhamento do funcionamento do Serviço de Saúde em Valença, nomeadamente no atendimento aos utentes. O **Presidente da Mesa** fez uma breve descrição da sua composição.

Deu o uso da palavra ao:

Deputado Sr. Pinto Neves que considerou muito extensa a composição da Comissão e, normalmente, quando o grupo é muito grande, torna-se mais difícil um consenso.

Questionou acerca da pertinência do momento de constituição desta comissão, uma vez que se consta que os serviços essenciais vão encerrar no Centro de saúde de Valença. Não está contra a proposta mas queria deixar estes apontamentos.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para:

1. Alertar que já há tempos havia sido constituída uma comissão na área da saúde, que por força da lei teve que ser extinta; e,

2. Questionar juridicamente até que ponto tem validade e sugerir se não seria mais correcto estudar devidamente esta proposta e ser apresentada na próxima reunião da Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para, elucidar que anteriormente o que existia era um representante da Assembleia Municipal na Comissão do Centro de Saúde.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para esclarecer que havia sido ele o representante eleito para integrar a comissão e nunca chegou a tomar posse, porque, por força da lei, esta havia sido extinta.

A **Deputada D. Aurélia Correia** para:

1. Esclarecer que esta comissão é diferente da anterior é uma comissão de acompanhamento político da saúde onde se inserem, também, elementos da Assembleia Municipal; e,
2. Considerar que como Membros da Assembleia lhes assiste o direito de saber o que se passa no Centro de Saúde.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que ao tratar-se de uma comissão política, como foi referido, não deveria integrar profissionais do Centro de Saúde.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para corroborar o proferido pelo Deputado Sr. Pinto Neves e, insistir no amadurecer da ideia, não sendo, no entanto, contra a mesma.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Esclarecer que a comissão em discussão, nada tinha a ver com a constituída anteriormente – essa era determinada pela lei e instituída que Centros de Saúde estivessem representadas as “forças vivas” do concelho, nomeadamente a Assembleia Municipal. Era uma comissão dos utentes daquele Centro de Saúde e, por lei, foi extinta;
2. Elucidar que a agora proposta é completamente diferente – é uma Comissão da Assembleia Municipal para acompanhar o funcionamento/vivências do Centro de Saúde; e,
3. Opinar que uma comissão para funcionar tem que ter a vertente de todos os profissionais, considerando, portanto, a proposta válida.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** para:

1. Tecer algumas considerações acerca do suposto encerramento do Serviço de Urgências em Valença e da transferência dos doentes para Monção;
2. Acrescentar que algumas destas situações já estarão ultrapassadas, para bem, de qualquer forma esta comissão vem, um pouco, na sequência desta problemática;
3. Considerar que realmente se deve ver a abrangência da proposta e sua legalidade, alertando, no entanto, que até à próxima reunião da Assembleia as urgências poderão, ou não, encerrar.
4. Dizer afigurar-se-lhe útil esta comissão tanto mais no apoio à população que se dirige ao Centro de Saúde.

Colocada à votação a **Proposta** foi **Aprovada por Maioria** com: 0 votos contra, 3 Abstenções (Sr. Pinto Neves, Dra. Liliana Pereira e Dra. Dora Ferreira) e 33 votos a favor.

De seguida, foi apresentada, pela Comissão Permanente, **Proposta que tem por objectivo a constituição de uma Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal – Anexo nº 3.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deu nota da sua composição e do objectivo – pretende-se que na próxima reunião de Assembleia Municipal sejam apresentadas as propostas que se considerem oportunas para alteração ao Regimento da Assembleia.

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para solicitar esclarecimento sobre se a comissão vai funcionar antes ou depois de receber as propostas na próxima Assembleia.

O **Presidente da Mesa** esclareceu que a comissão é que as vai apresentar. Assim, o porta-voz de cada Grupo Municipal trará as propostas que o Grupo pretende ver confrontadas no Regimento.

Colocada à votação a **Proposta** foi **Aprovada por Unanimidade**, com 36 votos a favor.

Apresentado Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel da Silva Ferreira, irmão da Deputada Dra. Inês Ferreira, que se transcreve:

“Faleceu no dia 25 de Dezembro com 72 anos de idade, Manuel da Silva Ferreira, figura proeminente da cultura local, cuja personalidade multifacetada que muitos dos que com ele privaram, nomeadamente sua irmã e nossa colega nesta Assembleia, Inês Ferreira, recordam já com saudade.

Frontalidade, coragem, determinação, tenacidade, firmeza das suas convicções, são muitos os adjectivos que poderíamos aplicar a este cidadão com quem muitos de nós tiveram oportunidade de conviver, tal era a sua disponibilidade e dedicação que pôs em cada uma das funções e cargos que desempenhou, dos quais se destaca a sua participação como colaborador no jornal “O Valenciano”.

Pessoa de trato fácil, Manuel da Silva Ferreira deve constituir exemplo para todos nós, pela forma como abraçou as causas em que acreditava e, sobretudo, pela forma como amou Valença.

O poeta, o escritor, o jornalista ... enfim, o amigo cujo desaparecimento deixa mais pobre Valença e em todos nós o sentido de perda irreparável. É, pois, com este sentimento de perda que se propõe um voto de pesar pelo falecimento de Manuel da Silva Ferreira, apresentando as nossas mais sentidas condolências a familiares e amigos”.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, o **Voto de Pesar** foi **Aprovado por Unanimidade**.

Intervieram:

O Deputado Sr. Pinto Neves para:

1. Referir que consta que a administração dos C.T.T. tenciona encerrar a loja em S. Pedro da Torre e alterar a distribuição diária da correspondência e, levar mesmo à extinção dos carteiros, ficando agenciados e privados responsáveis pela distribuição, o que poderá levar a um prejuízo claro da população local, nomeadamente dos mais idosos e das freguesias circunvizinhas;
2. Acrescentar que perante a confirmação destes factos, por parte do Sindicato dos C.T.T, alguns dos candidatos do Grupo do CDS/PP às últimas eleições autárquicas, encabeçaram um abaixo assinado, com uma grande adesão das gentes de S. Pedro da Torre e também de outras freguesias, levando ao envio dos originais dessas assinaturas ao Conselho de Administração dos C.T.T e, cópias, para o Grupo Parlamentar do CDS/PP, na Assembleia da República e Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença;
3. Dizer que como até à data não obteve resposta, pretendia que o Sr. Presidente da Câmara o informasse sobre a situação e, se há alguma acção prevista para tentar evitar que tais factos possam concretizar-se;
4. Questionar acerca do serviço de urgências se vai encerrar no dia quatro de Janeiro conforme notícia veiculada à população; quais as medidas tomadas para evitar a consumação deste facto e as que eventualmente estarão para ser tomadas;
5. Sublinhar que se comenta que este serviço vai ser substituído por um de consulta aberta e consulta complementar - a primeira a funcionar das oito às vinte horas e a segunda das vinte às oito, que, no entanto, não evitarão o esvaziar dos serviços no Centro de Saúde;
6. Questionar o que poderá fazer um médico que não possui equipamento para responder a uma situação de urgência ou proceder à estabilização de uma situação de emergência e que não tem autonomia para decidir sobre o encaminhamento do doente directamente para Viana do Castelo;
7. Indagar como se pode permitir tal situação sem cumprir totalmente o protocolo que foi assinado pelo executivo anterior;
8. Acrescentar que o SAP de Valença dispõe de pessoal médico e de enfermagem habilitado para responder a todas as solicitações de urgência e emergência que se lhe colocam e, o fecho destas unidades está já a provocar grandes problemas no Hospital de Viana do Castelo, dada a afluência de situações provindas dos diversos locais; e,
9. Concluir que se estão a perder parcerias com diversas unidades que poderiam responder a situações de acção imediata, como por exemplo a Unidade Coronária Santos de Gaia, serviços de internamento, cirurgia, etc.

A Deputada Dra. Liliana Pereira para:

1. Solicitar algumas informações acerca do Aterro Sanitário, nomeadamente, em termos da nova localização - este passará para local contíguo ao actual, dois quilómetros ao lado, ou seja, o impacto ambiental é exactamente o mesmo e as populações abrangidas também;
2. Questionar o Presidente da Câmara acerca da preocupação e do porquê o aterro se situar no mesmo local e, quais as medidas que pretende tomar face a esta situação uma vez que o critério para esta localização foi unicamente o económico e não o bem-estar da população.

A Deputada D. Elisabete Viana para:

1. Expressar os votos de um bom ano 2010;
2. Corroborar as preocupações do Deputado Sr. Pinto Neves acerca do encerramento dos C.T.T. em S. Pedro da Torre;
3. Dar nota que os Presidentes de Junta das Freguesias abrangidas por este serviço se reuniram com o sindicato e enviaram cartas de repúdio aos diversos organismos;e,
4. Felicitar o Presidente da Câmara pela iluminação de Natal e questionar acerca do seu custo.

O Deputado Sr. Carlos Natal para:

1. Reportar-se ao Parque de Estacionamento da Coroada, mais concretamente ao facto deste estar a funcionar sem a devida autorização;
2. Alvitrar que as coisas neste parque não estão a correr bem e isto já não é de agora. Tem causado imensos problemas a quem nos visita pois as pessoas discordam da forma como é cobrado e, transmite uma péssima imagem do concelho persistindo uma barraca metálica sem qualquer tipo de enquadramento e as pessoas que exploram não estão devidamente identificadas;
3. Questionar acerca do destino das verbas que são lá arrecadadas, pois tem em seu poder fotocópia de bilhete, em todo igual aos bilhetes supostamente legítimos, pelo que pergunta se o dinheiro correspondente à venda desta cópia terá entrado nos cofres do valenciano; e,

4. Considerar que a situação deve ser restabelecida, até do ponto de vista da entrada da receita pois a autarquia não se pode dar ao belo prazer de dispensar a verba que poderia arrecadar - segundo a entidade que explora, cerca de cem mil euros.

A **Deputada D. Aurélia Correia** para:

1. Referir alguns aspectos sobre o SAP, pois segundo se comenta vai encerrar a quatro de Janeiro e já andam doentes a “passear” para Monção; pretendeu saber qual o ponto de situação neste momento;
2. Questionar acerca da consulta aberta, como vai funcionar, em que instalações e em que moldes; e,
3. Interrogar acerca da Unidade Móvel, se a avaliação já está feita, se os objectivos traçados no protocolo foram cumpridos e, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que ouvisse os Presidentes de Junta sobre esta problemática.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves** para alertar o Sr. Presidente da Câmara acerca de umas construções junto ao restaurante Afonso, que de início surgiram como uma espécie de pseudo-precárias para o exercício da actividade comercial e, actualmente, já existem construções tradicionais, de raiz. Trata-se de zona em que o P.D.M. não permite este tipo de construções. O estabelecido é que se possam construir casas de rés-do-chão e primeiro andar, para habitação, nunca estabelecimentos para fim comercial. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara averigua-se como, quando e por quem foram autorizadas aquelas construções.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para:

1. Dizer que era sua vontade que a Comissão do Aterro Sanitário fosse empossada neste dia, mas por situações que o ultrapassam tal não se veio a verificar;
2. Acrescentar que quando foi assinada a instalação do aterro em Valença, foi dito que ao fim do tempo determinado sairia de Valença mas não ficou definido o concelho. Assim, esta questão de proximidade com a qual agora nos deparamos, não se pode controlar uma vez que não foi precavida;
3. Congratular-se pelo facto de nas festas de Santa Luzia se encontrar com uma Comissão para organização das Festas do Concelho de Valença e espera que este entusiasmo seja para perdurar;
4. Dizer, quanto ao encerramento das urgências, já não acredita em data nenhuma, acrescentando que no período de Natal não funcionaram e a população nem se apercebeu; e,
5. Reportar-se à questão da Deputada D. Elisabete Viana quanto aos custos da iluminação de Natal, afirmando que certamente foi mais barata pois dentro da muralha não houve iluminação.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para em resposta às intervenções anteriores dizer:

1. Iluminação de Natal – é verdade que não se colocou dentro da muralha e ficou bastante mais barata. O ano passado gastaram-se oitenta e seis mil euros e este ano vinte e sete mil. Reafirmou o que já havia dito - para o ano possivelmente alargarão às rotundas e será reforçada nas entradas. Os Srs. Comerciantes que quiserem ajudar, certamente a empresa terá todo o gosto em recebe-los para acordarem a iluminação das ruas. Deu nota que se gastaram cerca de dez mil euros para se reforçar a iluminação normal da fortaleza;
2. Aterro Sanitário – herda também este problema e o que é certo é que a deslocalização do aterro vai ser cumprida, apesar de ser praticamente para o mesmo local e, quanto a isto nada pode fazer. Garantiu que será feito o acompanhamento pela respectiva Comissão e, as situações menos claras, que se diz que lá ocorrem, serão disseminadas de uma vez por todas. Em principio em S. Pedro da Torre manter-se-ão as instalações administrativas e a central de triagem;
3. Que irá ter uma reunião da Assembleia Geral em Março, na qual se aprovará o concurso internacional para adjudicação da obra. Terão todo o ano de dois mil e dez e parte de dois mil e onze para construir o novo aterro e, quanto ao critério de implementação, tiveram-se, certamente em conta, os aspectos económicos e bem estar das populações;
4. Estar satisfeito por se ter constituído uma Comissão de Festas do Concelho e espera que seja um trabalho para perdurar durante alguns anos;
5. Que não licenciou nenhuma construção na zona referida pelo Deputado Sr. Sebastião Alves, mas vai averiguar se existe alguma situação menos clara;
6. Problemática dos C.T.T. - teve uma reunião com o Sr. Presidente de Junta de S. Pedro da Torre, Silva, S. Julião, Arão, Cristelo-Côvo e o representante do sindicato e ficou combinado que os Srs. Presidentes de Junta recolheriam as assinaturas e enviariam dossier para os diversos organismos. Não há a menor dúvida que os C.T.T vão-se manter abertos, mas, quanto à forma de distribuição, a empresa é livre para gerir como bem entender. É, no entanto, sua preocupação que esta seja feita com cuidado e por gente idónea;
7. Parque do Valenciano – estava concedida a sua exploração, a título precário, até final de Dezembro de dois mil e oito. Quando chegaram à Câmara detectaram que os equipamentos – parquímetros – estavam comprados, agora é necessário coloca-los e foi definido até dia um de Março de dois mil e dez a sua entrada em funcionamento. Logo que o edifício multiusos esteja concluído e permita a

colocação de caixas e a aplicação das barreiras, serão feitos os testes, durante o mês de Fevereiro e, é vontade firme que no dia um de Março o parque esteja ao serviço do município. Toda a receita será do município e assim dividida pelas colectividades do concelho, para promoção do comércio e, para apoio a colectividades, também de carácter social;

8. Urgências - reuniu com o Sr. Secretário de Estado, Dr. Manuel Pizarra, a quem apresentou as suas preocupações relativamente ao Serviço de Saúde. Informou-o que havia três aspectos dos quais não abriria mão que eram: manter a luta e acalantar a esperança que Valença ainda voltaria a ter um Serviço de Urgências tal como o conhecíamos no passado; não aceitar que os doentes de Valença que tenham necessidade dos serviços de urgência ou ao SAP tenham que ser encaminhados para Monção ou Viana do Castelo; e, não aceitará que por motivos de reorganizações internas, funcionais, que decorrem muito da falta de médicos, o serviço deixe de ser de qualidade;
9. Ainda da conversa com o Sr. Secretário de Estado, ser despropositado o boato que o serviço vá encerrar no dia quatro de Janeiro e qualquer valenciano que tenha necessidade de cuidados médicos deve dirigir-se ao Centro de Saúde de Valença.

Reuniu também com o Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Viana e com o responsável pela supervisão dos Centros de Saúde e, fez questão que nessa reunião estivessem presentes o Dr. Álvaro Gomes e o Vice-presidente da Câmara. Vieram explicar algumas alterações funcionais que estão previstas no protocolo que foi assinado em dois mil e oito, pelo seu antecessor. Assim, qualquer valenciano que se sinta doente, a primeira coisa que deve fazer é ir às urgências, ao serviço de atendimento permanente, como fez sempre e não para Monção ou Viana. Das oito às vinte horas, teremos um sistema de consulta aberta, na qual há sempre um médico, que não terá que deixar as consultas para ir às urgências. Há uma escala de médicos, hora a hora, para atender quem chega às urgências. O espaço das urgências vai continuar aberto e as pessoas tanto podem entrar pela porta principal como pela porta do SAP e serão vistos por um médico e enfermeiro. Existirá ainda a denominada “consulta programada”, na qual o médico de família terá que nos atender no prazo de cinco dias isto também para evitar que se vá às urgências por tudo e por nada. A partir das vinte horas continuaremos a ter Serviço de Atendimento Permanente que funcionará até às oito da manhã.

Pelas 22h.00, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa nos trabalhos.

Retomados às 22h.15m, passou-se ao:

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – ANEXO Nº 4

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Dizer que face ao panorama negro da situação financeira da Câmara, traçado pelo Sr. Presidente, e a recepção de informações divergentes, tentou colher alguma informação e, o relatório da IGAL, referia que a capacidade de endividamento da Câmara se mostrava folgada nos anos 2007 e 2008 e se mantém em 2009, com ligeira diminuição. Assim, solicitou esclarecimentos sobre a matéria;
2. Referir que no ponto de situação das empreitadas vem referido “em execução”, a requalificação de arruamentos de Santa Luzia e Boavista, no entanto em Santa Luzia não há execução nenhuma;
3. Acrescentar que pelo anterior executivo foi prometido envidar esforços no sentido de arranjar os passeios dos ditos arruamentos, embora não estivessem contemplados na adjudicação;
4. Alertar que nesta zona os passeios e arruamentos não sofreram qualquer intervenção nos últimos vinte e seis anos e as ruas e arruamentos estão uma desgraça. Uma semana depois das eleições passou pela zona um Engenheiro da Câmara e um empreiteiro que disseram que os trabalhos iniciar-se-iam na segunda-feira e até à presente data nada. Solicitou informação sobre o ponto da situação; e,
5. Manifestar espanto pela existência de tantos processos judiciais.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Fazer um aparte e dizer que é com muita satisfação como militante do PSD que volta a ver um Presidente da Câmara Social Democrata sentado neste espaço;
2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca da exigência que o Conselho de Prevenção da Corrupção faz aos municípios de até dia trinta e um de Dezembro terem elaborado um Plano Municipal de Gestão de Risco, Corrupção e Infracções Conexas. Gostaria de saber se a Câmara Municipal de Valença já tem o seu plano elaborado; e,

3. Saber também qual o ponto de situação do protocolo de geminação celebrado, no início do ano, com a cidade de Downpatrick.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para:

1. Dizer não se pronunciar quanto aos custos da iluminação de Natal e manifestar o seu apoio ao Sr. Presidente da Câmara se para o ano conseguir que os comerciantes participem nos custos da mesma;
2. Tecer algumas considerações acerca do pouco apoio dos mesmos nas actividades/causas sociais e culturais;
3. Dizer-se disponível para apoiar na luta pelas urgências em Valença, se tal for necessário; e,
4. Tecer breve comentário acerca da manifestação do Deputado Sr. Alberto Vilas sobre o facto do PSD estar novamente no poder.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Rectificar que não disse que para o ano iria por os comerciantes a fazerem a iluminação de Natal. Disse que a Câmara não terá possibilidades de fazer mais e, nesta perspectiva, se os Srs. Comerciantes se quiserem envolver, poderão avançar. Dificilmente gastará mais de cinquenta mil euros com a iluminação de Natal;
2. Registrar o apoio manifestado pelo Deputado Sr. Salustiano de Faria para o caso de haver necessidade de “lutar” pelas urgências;
3. Mencionar, relativamente às obras enumeradas pelo Deputado Sr. Pinto Neves, que desde a GALP até ao início do Bairro de Santa Luzia estão em execução. No Bairro de Santa Luzia é necessário fazer obras e no orçamento há uma verba de cento e dois mil euros para este fim;
4. Lembrar ao Deputado Sr. Pinto Neves que ele também esteve na Assembleia, há pelo menos quinze anos e, não reclamou nada;
5. Referir que os processos judiciais também foram uma herança mas alguns deles já estão resolvidos, tendo-se chegado a acordo; outros arrastam-se há anos e tal não se justifica e ainda alguns bastante mais complicados, mesmo de difícil resolução;
6. Dizer, relativamente à geminação com Downpatrick, recebeu do seu homólogo as felicitações pela eleição e um convite para visitar a cidade, o que fará quando for oportuno; e,
7. Informar que o Plano Municipal de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, teria que ser entregue até dia 31 de Dezembro e, quando chegou à Câmara não havia nada tratado. Com a colaboração de vários técnicos este foi elaborado e será levado à próxima reunião de Câmara. Trata-se de um conjunto de procedimentos que a Câmara se compromete a implementar para evitar a corrupção quer ao nível dos funcionários quer dos políticos.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Manifestar o seu desagrado pela forma como o Sr. Presidente da Câmara se dirigiu à sua pessoa;
2. Esclarecer que quando se pronunciou relativamente a Santa Luzia, particularizou com o Bairro e não com a rua da GALP à Paval;
3. Esclarecer que o que realmente pretende saber é se as obras vão efectivamente começar, como lhe havia sido comunicado por um técnico da Câmara; e,
4. Insistir num comentário ao Relatório da IGAL.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Apresentar as desculpas ao Deputado Sr. Pinto Neves se de alguma forma o melindrou, mas segundo a sua intervenção, parecia que o Presidente da Câmara, em dois meses, era culpado de tudo o que estava mal;
2. Esclarecer que a obra em Santa Luzia não podia começar porque nem sequer havia concurso aberto. Está também para adjudicar o pequeno ramal dos semáforos da Cooperativa Agrícola, principalmente por causa do problema das águas pluviais;
3. Dizer, relativamente ao Relatório da IGAL, que a capacidade de endividamento em dois mil e nove diminuiu e muito, passando de cinco milhões cento e catorze mil euros para oitocentos e sete mil.

2º PONTO – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2010 - ANEXO Nº 5

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Manifestar a sua discordância pelo facto dos grupos mais pequenos serem sempre os primeiros a usar da palavra, considerando que deveria ser feito pela ordem de inscrição;
2. Acrescentar, quanto a este ponto, que aceita que quem foi escolhido pela maioria da população deve governar como entende ser o seu melhor caminho, no entanto, para o CDS/PP existem aspectos que não deveriam ser encaminhados desta forma, e escolheriam determinadas rubricas em detrimento de outras;
3. Dizer, quanto às Grandes Opções do Plano, a perspectiva do CDS/PP diverge um pouco da apresentada e enquanto o executivo colocou como prioridade a habitação e os serviços colectivos, eles incidiriam mais na acção social, meio ambiente, comércio e turismo, considerando mesmo este

- último demasiado residual;
4. Constatar que no Orçamento a Despesa Corrente orçamentada atinge cinquenta e três por cento do total, o que os deixa apreensivos, pois entendem que deveria tentar uma aproximação aos trinta por cento;
 5. Questionar quanto às rubricas “outros” e “diversos”, se não são a mesma coisa e, constatar que as verbas aqui orçamentadas atingem cerca de doze e meio por cento do total, o que lhes parece demasiado elevada; e,
 6. Pretender concretização dos montantes destinados a “outros”.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Congratular-se com algumas obras contempladas neste plano, nomeadamente o saneamento na freguesia de Arão e a reconversão da antiga Etar;
2. Lembrar que o saneamento não pode ser feito somente na zona a necessitar remodelação - há o lugar da Veiga e da Portela que não tem saneamento e são zonas com bastantes casas;
3. Questionar se os pontos de luz que a freguesia pediu há cerca de dois anos vão ser colocados ou terão que fazer novo pedido; e,
4. Congratular-se pelo facto de ver que no plano se mantêm o Passeio Sénior.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Agradecer o voto de pesar apresentado pelo falecimento de seu irmão, apelando à leitura dos seus poemas e dos seus contos e assim teremos a certeza que o Manuel da Silva Ferreira não morreu;
2. Relembrar que durante oito anos se debateram por uma explicitação das linhas orientadoras e justificativas dos montantes orçamentados nos documentos previsionais;
3. Reafirmar que um orçamento deveria espelhar necessariamente as opções políticas de quem lidera a gestão camarária;
4. Congratular-se pelo facto deste ano ter sido apresentado o enquadramento programático destas Grandes Opções do Plano para 2010, o que permite descortinar as razões das opções políticas que sustentam os valores apresentados;
5. Referir que quer estas Grandes Opções do Plano para 2010 quer o Plano de Investimento Plurianual, apesar de contemplar projectos deixados pelo anterior executivo, espelham opções e compromissos defendidos pelo actual executivo camarário; e,
6. Concluir que num tempo de descrédito da classe política é bom que o poder autárquico inverta esta situação e revele honestidade intelectual entre o que afirma e o que faz e, demonstre também firmeza nas decisões em função das reais necessidades dos municípios.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Sublinhar que é a primeira vez que se faz um enquadramento das grandes Opções do Plano, bem como, a apresentação do Mapa de Pessoal do Município, onde estão claramente definidas as atribuições/competências e actividades;
2. Considerar que num país em que a gestão das dificuldades se faz lado a lado com a gestão de oportunidades, a Câmara de Valença está na primeira linha da construção do melhor equilíbrio possível entre esses factores para que com o trabalho concretizado no ano 2010 e no mandato 2010/2013, facilite um melhor crescimento e desenvolvimento para a nossa terra;
3. Constatar que a actividade da Câmara Municipal vai ser intensa, concretizando um conjunto de investimentos, numa lógica de crescimento, novos projectos, negociações e obras que, em muitos casos, têm participação dos Fundos Comunitários, e de lançar novas operações devidamente enquadradas no programa de acção do mandato 2010/2013;
4. Referir que o empreendedorismo, desenvolvimento empresarial e promoção do emprego são também preocupações da autarquia, através de medidas e projectos de consolidação do desenvolvimento económico do concelho;
5. Observar que o orçamento proposto é de vinte e um milhões duzentos e três mil seiscentos e trinta e quatro euros, um aumento relativamente a dois mil e nove que assenta e se justifica pelo aumento da despesa corrente de um milhão quatrocentos e oitenta e três mil euros, face também a diminuição das receitas correntes;
6. Opinar que este orçamento consagra aquilo que considera “uma nova postura” no que respeita ao relacionamento com as juntas de freguesia;
7. Dizer que se pretende por em prática o “princípio da subsidiariedade”, através de uma política de celebração de protocolos com as freguesias do concelho, tendo em vista a realização de investimentos “cuja dimensão possa corresponder aos propósitos daquele princípio”;
8. Sublinhar que a elaboração deste documento assentou em pilares fundamentais: experiência, conhecimento da realidade, trabalho, rigor, seriedade, responsabilidade e ambição e as propostas nele constantes reflectem uma visão de desenvolvimento a longo prazo, bem como a integração entre os projectos e obras em desenvolvimento e em execução e os novos objectivos definidos pela autarquia; e,
9. Afirmar que as áreas prioritárias estão devidamente definidas e lideram as opções políticas que a

autarquia assume neste Plano para 2010: habitação e serviços colectivos; educação; transportes e comunicações; protecção do meio ambiente e conservação da natureza; serviços culturais, desportivos e recreativos; segurança e acção social, passando a sua materialização por cinco linhas de acção estratégica: potenciar a memória colectiva de Valença; Valença como destino turístico do Noroeste Peninsular; construir um futuro com qualidade de vida para todos em Valença; Valença cidade e reconquistar a centralidade no Alto Minho.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Verificar neste orçamento uma redução preventiva na arrecadação de impostos directos e indirectos;
2. Considerar esta uma medida certa pois no anterior plano a perspectiva de cobrança destes impostos pareceu-lhe muito grande;
3. Saudar a diminuição na rubrica “rendimento de bancos” – juros bancários e, registar um aumento muito significativo nas transferências de capital;
4. Constatar os custos da autarquia com o pessoal, no entanto quem trabalha tem que receber e ser bem tratado e prova disso é o facto de se sentir um outro ambiente entre os funcionários. Hoje entra-se neste edifício de cabeça levantada, sem receio, com dignidade e esse ambiente também foi vivido na Festa de Natal da Autarquia, onde pela primeira vez, os membros da Assembleia Municipal foram convidados a participar;
5. Sublinhar a inscrição de uma verba de cento e cinquenta mil euros para fazer face ao reposicionamento das carreiras dos funcionários. Trata-se de uma promessa eleitoral que vai ser cumprida; e,
6. Saúdar as verbas que se prevêem investir em educação, habitação e serviços, protecção do ambiente, transportes e comunicações.

O **Deputado Sr. António Sousa** para manifestar o seu descontentamento pelo facto do aumento para todas as freguesias ser de três por cento à excepção de S. Pedro da Torre que foi de vinte e um por cento.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para:

1. Antecipar o sentido de voto favorável do Partido Socialista e, esperar que para o próximo ano se continuem a ver todos estes aspectos positivos e que os vinte e um milhões sejam aplicados;
2. Dizer parecer-lhe de difícil resolução a situação com as despesas correntes; e,
3. Concluir que o Plano vem nas linhas do executivo anterior, havendo uma continuidade daquilo que foi iniciado pela Câmara anterior, havendo também aspectos novos.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Dizer que este é um plano de intenções de dois mil e dez a dois mil e treze e vão tentar cumprir em muito o nele espelhado. Provavelmente haverá coisas que não terão oportunidade de cumprir e no final do mandato assumirá as consequências do que foi bem feito e mal feito;
2. Esclarecer que deu instruções aos serviços para que o aumento para as freguesias fosse igual para todas e é assim que vai ser, tratando-se, portanto, de mero lapso de escrita;
3. Manifestar uma palavra de apreço a quem elaborou o orçamento, porque, contrariamente aquilo que se pensa, não é o Presidente da Câmara que o elabora mas sim os técnicos. O Presidente diz quais são as propostas e é feito um orçamento base;
4. Constatar um problema com as receitas correntes que causou algum desequilíbrio em termos de tesouraria e, por isso, contrariamente aquilo que era sua vontade, o orçamento em vez de diminuir teve que aumentar;
5. Apresentar também uma palavra de agradecimento ao STAL pela colaboração e alerta em termos do reposicionamento salarial;
6. Referir, quanto à despesa, que utilizaram a execução orçamental até trinta de Novembro e foram muito cautelosos em termos de receita, tendo utilizado a execução orçamental de dois mil e oito;
7. Fazer notar que as despesas de pessoal assumem uma parte muito significativa e honrará os concursos a decorrer; há ainda a necessidade de motoristas para os transportes escolares;
8. Elucidar o Deputado Sr. Pinto Neves relativamente à rubrica “outros”: esta verba vai para as actividades de enriquecimento extracurricular, animação de rua, festival do bacalhau, comércio vivo, fun kids, passeio sénior, etc.;
9. Dizer, relativamente ao saneamento de Arão, a primeira preocupação recai junto à zona da Repsol e, depois em terminar um conjunto de intervenções;
10. Dar nota que na Veiga da Portela tentará fazer uma intervenção para solução dos problemas, nomeadamente o levantamento das tampas e, na Etar não vão fazer nenhuma obra em especial. Proceder-se-a a uma limpeza e provavelmente à entrega para “exploração” à Junta de Freguesia de Arão, não só para servir estes habitantes, mas também os de Valença dada a sua proximidade;
11. Considerar ter que resolver alguns problemas ao nível das escolas, nomeadamente aquecimento nos novos Centros Escolares;
12. Referir que na Área Social também estão orçamentos definidos e as verbas começam a ser muito

significativas. A Obra da Cruz Vermelha deixa-o apreensivo devido à sua envergadura e terá alguma dificuldade em ir além dos valores aí inscritos;

13. Acrescentar que a nível do desporto quer ver se resolve definitivamente o drama do Pavilhão Municipal, a candidatura foi chumbada, mas já foi resolvida a questão. Também pretende concluir o polidesportivo de Arão;
14. Alertar que a redução de receita realmente é um drama e vai tentar compensar de alguma forma. Em termos de candidaturas, até 2013, praticamente estão esgotadas e tem que apostar no aumento das receitas próprias e aqui há duas coisas que é necessário ter coragem de decidir: a receita arrecadada da água e do saneamento. Irá ser feita, a devido tempo uma proposta à Câmara Municipal e posteriormente à Assembleia Municipal, no sentido da alteração das taxas, pois não podemos, a partir do dia um de Abril, comprar a água a cinquenta cêntimos, e receber vinte e cinco - que é a base do nosso primeiro escalão - tal como não podemos pagar o saneamento na Etar a sessenta cêntimos e cobrar ao consumidor final treze;
15. Corroborar que obviamente isto também é um plano de continuidade e o que vem de trás e está cabimentado e adjudicado é para cumprir; e,
16. Lembrar aos Srs. Presidentes de Junta que até 31 de Janeiro estão abertas candidaturas para caminhos rurais e os técnicos da Câmara estão disponíveis para colaborar na sua elaboração.

Num universo de 36 votantes, verificou-se o seguinte resultado: 0 votos contra; 2 abstenções (Sr. Pinto Neves e Dra. Liliana Pereira); e, 34 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

3º PONTO – FEIRA SEMANAL DE VALENÇA – PAGAMENTO DE TAXAS - ANEXO Nº 6

Interviu:

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para dizer que a Câmara Municipal de Valença, atenta às grandes dificuldades que muitos feirantes em geral atravessam, procura, no âmbito das suas responsabilidades e capacidades encontrar soluções para as ultrapassar.

Como resposta à crise actual, a Câmara Municipal de Valença irá autorizar o pagamento das taxas devidas no segundo semestre do ano em curso em três prestações iguais, a primeira no corrente mês, a segunda durante o mês de Fevereiro de 2010 e a terceira durante o mês de Abril de 2010.

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para se congratular com o facto da Câmara aprovar esta medida que já vinha do executivo anterior.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para corroborar o proferido pelo Deputado Sr. Salustiano de Faria, dizendo que é uma medida de inteira justiça.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, registaram-se: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

4º PONTO – BENEFÍCIOS FISCAIS – ISENÇÃO DE I.M.T. - ANEXO Nº 7

Intervieram:

O **Deputado Sr. Salustiano de Faria** para dizer que se continua com o mesmo problema dos anos anteriores - vem uma coisa à Assembleia que por força da lei, são obrigados a aprovar.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para concordar com o proferido pelo Deputado Sr. Salustiano de Faria.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se o munícipe **Alberto Manuel Ferreira Reis** para felicitar os elementos eleitos quer para a Assembleia Municipal quer para a Câmara e desejar-lhes um próspero mandato em prol dos interesses dos valencianos.

Pretendeu deixar para reflexão uma questão relacionada com o aterro sanitário. Disse deve ter sido a pessoa que no ano noventa e quatro ou noventa e cinco mais se opôs à localização do aterro no concelho e inclusivamente rejeitou o local escolhido. O que é certo é que começou a funcionar e estava previsto que funcionasse por um período de dez anos e já houve uma derrapagem de dois.

Hoje, para o bem e para o mal começa a pensar o contrário e não é que concorde que actualmente ele aqui esteja. Se a sua deslocalização fosse para pelo menos vinte quilómetros de distância, ele seria o primeiro a dar um “empurrão”, mas como tal não é possível, começa a inverter o raciocínio e uma vez que ele já aqui está e, vai sair para se manter praticamente no mesmo local, só vê conveniências para que a autarquia de Valença continue a ter algum ascendente sobre o mesmo, concretamente a capacidade de fiscalização e controle de qualidade de funcionamento e, não abrir mão das contrapartidas que existem, nomeadamente os postos de trabalho.

Sugeriu a possibilidade de negociar a sua continuidade e aproveitar-se o trampolim para reivindicar outras condições mais favoráveis, até porque o alvéolo ainda não atingiu o total da sua capacidade.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** em resposta ao Arquitecto Alberto Manuel Ferreira Reis, para dizer que lhe vai dar a resposta do ponto de vista de economista e de político. Assim, quanto ao primeiro, disse ser um absurdo existir um aterro a cerca de setenta por cento da capacidade e construir-se outro novo, a aproximadamente dois quilómetros, o que não é bom financeiramente para a Câmara.

Do ponto de vista político, as soluções económico-financeiras é que esbarram com a obrigação de decisão política que é condicionada por uma luta legítima das populações. Do ponto de vista legal, também é complicado uma vez que o tribunal mais dia menos dia dará ordem de encerramento.



Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, da **Acta em Minuta**, que posta à votação, num universo de 36 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, pelas 23h.55, deu por encerrada a sessão, desejando bom ano a todos.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presenta Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Dra. Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)